

Alerta Legislação nº 20, de 16 a 21 maio 2016
Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
18/05/2016	<u>EXONERAÇÕES DE PESSOAL</u>
17/05/2016	<u>LEI Nº 13.288, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências. Mensagem de veto <u>DECRETO Nº 8.778, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983 , que aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200).
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal , com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001 , a Medida Provisória nº 721, de 29 de março de 2016 , publicada no Diário Oficial da União do dia 30 do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.950.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 18 de maio de 2016 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 25, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal , com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001 , a Medida Provisória nº 720, de 29 de março de 2016 , publicada no Diário Oficial da União do dia 30 do mesmo mês e ano, que "Dispõe

	<p>sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2015, com o objetivo de fomentar as exportações do País", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 18 de maio de 2016 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 24, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 719, de 29 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e a Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga; e a Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário inscrito em dívida ativa da União", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 18 de maio de 2016 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 23, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 700, de 8 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 do mesmo mês e ano, que "Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 17 de maio do corrente ano. Congresso Nacional, em 18 de maio de 2016 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA</p> <p><u>MENSAGEM</u> Nº 268, de 18 de maio de 2016. Indicação à Câmara dos Deputados, do Senhor Deputado ANDRÉ MOURA, para exercer a função de Líder do Governo.</p> <p><u>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)</u> <u>PORTARIA Nº 353, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional junto ao INSS em Brasília/DF com o Departamento de Contencioso e Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral</p>

	<p>Federal.</p> <p>→ Procuradoria-Geral da União <u>PORTARIA Nº 2, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> Disciplina os procedimentos relativos à atuação judicial e extrajudicial da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução, nos processos recebidos da Justiça Eleitoral, visando à cobrança dos créditos apurados em favor do Tesouro Nacional ou do Fundo Partidário, em prestação de contas eleitorais.</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 102, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Delegar competência aos Secretários de Defesa Agropecuária, de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, de Aquicultura e Pesca, de Política Agrícola e de Relações Internacionais do Agronegócio e ao Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, para celebrar convênios e termos de cooperação com entidades públicas, relativos às competências de suas respectivas áreas de atuação. (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>PORTARIA Nº 43, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Submeter à consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa e Anexo que aprovam a COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO VINHO E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO e definem a CLASSIFICAÇÃO DAS VARIEDADES DE UVAS. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Estabelecer os limites máximos de dioxinas e bifenilas policloradas sob a forma de dioxinas (PCBs-dl) em produtos destinados à alimentação animal conforme segue: (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos fitossanitários para a importação de frutos frescos (Categoria 3, Classe 4) e de arilos (Categoria 2, Classe 10) de romã (<i>Punica granatum</i>) produzidos na Argentina. (...)</p>
<p>Modificação dada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 398, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a gestão das políticas públicas de renúncia tributária no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.</p> <p>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TÉCNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC)</p>

<p>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</p> <p>Denominação anterior:</p> <p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p>	<p>→ Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação (CTPII) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 19 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Tornar público que será limitada em até 10% a.a. (dez por cento ao ano) a parcela a ser equalizada dos encargos das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nos termos do Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002, e da Portaria nº 208, de 19 de fevereiro de 2014, para os financiamentos contemplados com o referido benefício e aprovados no segundo trimestre de 2016, assim como para os que, aprovados anteriormente, venham a ser contratados no referido trimestre. (...)</p>
<p>Modificação dada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016</p> <p>Ministério da Educação e Cultura</p>	<p>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) <u>PORTARIA Nº 194, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre diretrizes e princípios para a preservação do patrimônio cultural dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, considerando os processos de identificação, reconhecimento, conservação, apoio e fomento.</p> <p><u>PORTARIA Nº 188, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> Aprova Ações para preservação de bens culturais dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana</p> <p><u>PORTARIA Nº 184, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece critérios e procedimentos para a autorização de instalações provisórias na Esplanada dos Ministérios, na Praça dos Três Poderes e adjacências para fins de eventos temporários.</p> <p><u>PORTARIA Nº 172, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, em conformidade com o art.9º da Lei nº 11.483/2007.</p> <p>→ Centro Nacional de Arqueologia <u>PORTARIA Nº 24, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> (...) I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02; II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02; III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 (...)</p>

	<p>SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA (SEFIC) <u>PORTARIA Nº 292, DE 19 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999. (...)</p>
<p>Modificação dada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016</p> <p>Ministério da Educação e Cultura</p> <p>Denominação anterior: Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Grupo Permanente de Discussão das Condições de Trabalho - GPCOT do Ministério da Cultura e entidades vinculadas, na forma do Anexo desta Portaria. (...)</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) → Câmara de Educação Básica (CEB) <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.</p> <p>→ Câmara de Educação Superior (CES) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica.</p> <p>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 69, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> Aprova o novo Regulamento do Prêmio Capes de Tese e do Grande Prêmio Capes de Tese.</p> <p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 224, DE 19 DE MAIO DE 2016</u> Delega competência para a prática dos atos que menciona e dá outras providências. (...) Art. 1º Ficam delegadas, no âmbito do FNDE, as seguintes competências, observada a legislação pertinente e vedada a subdelegação: (...)</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) → Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.766, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Dá nova redação ao § 3º do art. 3º da Carta Circular nº 3.763, de 31 de março de 2016, que altera o Manual de Restrições Legais e Administrativas do Sistema de Informações de Créditos (SCR), o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do Documento 3040 - Dados de Risco de Crédito.</p>

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)

↳ Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias

CIRCULAR Nº 717, DE 11 DE MAIO DE 2016

Define condições e procedimentos operacionais para a aquisição, pelo Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI, que possuam lastro em operações na área de habitação.

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL (CGSN)

RESOLUÇÃO Nº 128, DE 16 DE MAIO DE 2016

Altera a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

RESOLUÇÃO Nº 338, DE 9 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o Regimento Interno da SUSEP

(...)

Art. 1.º A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, entidade autárquica especial, nos termos do [Decreto n.º 8.722, de 27 de abril de 2016](#), vinculada ao Ministério da Fazenda, dotada de personalidade jurídica de Direito Público e patrimônio próprio, tem por finalidade, na qualidade de executora da política traçada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, exercer as atribuições definidas no [Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966](#), no [Decreto-Lei n.º 261, de 28 de fevereiro de 1967](#), na [Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001](#), na [Lei Complementar n.º 126, de 15 de janeiro de 2007](#), e nos demais atos normativos aplicáveis.

(...)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 17 DE MAIO DE 2016

Informa os procedimentos relativos à entrega de documentos digitais de empresas sucedidas pelas empresas sucessoras e à apresentação de manifestação de inconformidade/impugnação, nas hipóteses de:

(i) processos eletrônicos, (ii) atuação de corresponsáveis em processos digitais, e (iii) inexistência de processo digital ou eletrônico que controle o débito impugnado, bem como estabelece outros procedimentos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.642, DE 13 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.436, de 30 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), destinada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), devida pelas empresas referidas nos arts. 7º e 8º da [Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.641, DE 13 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.569, de 5 de junho de 2015, que aprova o Manual Web Service SisobraPref, que estabelece padrões técnicos de comunicação (leiaute) para a transmissão, entre os municípios e o Distrito Federal e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dos dados relativos a alvarás para construção civil e a documentos de habite-se concedidos, bem como das informações

	<p>relativas à não emissão desses documentos.</p> <p>→ Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança <u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) pelo Ministério do Esporte em relação à Bolsa-Atleta de que trata a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.</p> <p>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN) <u>PORTARIA Nº 274, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.</p> <p><u>PORTARIA Nº 286, DE 16 MAIO DE 2016</u> Institui Grupo de Trabalho do Resultado Fiscal - GTFIS, no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda para formular propostas para o aprimoramento dos conceitos de resultado fiscal, primário e nominal, e sua harmonização com a evolução do endividamento líquido e balanço patrimonial dos entes federados.</p> <p><u>PORTARIA Nº 274, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.</p>
<p>Ministério da Integração Nacional (MI)</p>	<p>SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 134, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Divulgar as metas globais e intermediárias para a avaliação de desempenho institucional do Ministério da Integração Nacional, na forma estabelecida no Anexo a esta Portaria, para fins do pagamento do 8º Ciclo da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e do 5º Ciclo da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE. (...)</p>
<p>Ministério da Justiça (MJ)</p>	<p>FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece normas e diretrizes para a atuação da Funai visando à promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens indígenas e a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 537, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Aprova o Manual do Reconhecimento Inicial de Direitos - Volume VII</p>

	<p>- Pecúlio de Segurado Aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 78, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece o prazo de adequação dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos infantis aos requisitos específicos de advertências de rotulagem estabelecidos na Resolução da Diretoria Colegiada nº 15, de 24 de Abril de 201</p> <p>→ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.278, DE 17 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto SABÃO ROUPAS - COCO, bem como todos os produtos sujeitos ao controle sanitário fabricados pela empresa Faiza do Brasil Ltda. - ME. (CNPJ 04.309.232/0001-87), supostamente localizada na Rua Cicero Otavio Barbieri, 102, Jardim Peri, São Paulo /SP, CEP 02.650-050. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 1.276, DE 17 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos "REPELENTE FUMO LÍQUIDO", " PÓ DE FUMO" e "ÓLEO DE NEEM" bem como de todos os demais produtos saneantes fabricados pela empresa Nutriplast Indústria e Comércio Ltda, (CNPJ: 78.575.511/0001-29), localizada na BR 277, Km 582 CEP 85.818-560 - Cascavel - PR. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.277, DE 17 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto DESIFETANTE CUSTÓDIO, 1 litro, bem como de todos os demais produtos saneantes fabricados pela empresa Comercial de Sabão Custódio Ltda. (CNPJ: 08.313.807/0001-96), localizada na Avenida Antônio Nonato de Carvalho, 995, Tejubana, Mombaça - CE, CEP 63.610-000. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.275, DE 17 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto VELA REPEL CITRONELA, fabricado pela empresa Moroabá - Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 43.239.672/0001-67), supostamente localizada na Rua Duque de Caxias, n.º 1121, Nova Americana, Americana/SP, CEP 13.466-190. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO COLEGIADA - RDC Nº 77, DE 13 DE MAIO DE</u></p>

	<p><u>2016</u></p> <p>Suspende, por 60 dias, os prazos para apresentação dos testes de resíduos de agrotóxicos solicitados nos Parágrafos 4º do Art. 13 e Parágrafo 4º do Art. 15 da RDC 26 de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos.</p> <p>FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) <u>PORTARIA Nº 395, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Aprova os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do programa de Resíduos Sólidos Urbanos.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 187, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> Revogar todas as delegações e subdelegações de competência no âmbito do Ministério das Cidades.</p> <p><u>PORTARIA Nº 186, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Revoga as Portarias nº 173, de 10 de maio de 2016(*), e nº 180, de 12 de maio de 2016(**), da Secretária Nacional de Habitação. (*) <i>Divulga propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, na forma que especifica, e dá outras providências.</i> (**) <i>Dá nova redação à Portaria nº 173 de 10 de maio de 2016 do Ministério das Cidades, que divulga propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS.</i></p> <p><u>PORTARIA Nº 185, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Revoga a Portaria Ministerial nº 178, de 11 de maio de 2016(*). (*) <i>Dispõe sobre as condições para habilitação e requalificação de entidades privadas sem fins lucrativos no âmbito Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).</i></p>
<p>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</p>	<p>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳↳↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI)</p> <p><u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DA NAMÍBIA- FASE II"</u></p> <p><u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "PRÁTICAS EDUCATIVAS BASEADAS NA CULTURA POPULAR"</u></p> <p><u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO CONVÊNIO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS</u></p>

	<p><u>PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORMAÇÃO DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA TROPICAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ZONAS TROPICIAS DO MÉXICO: TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PLANTAS PARA VIVEIROS TROPICAIS"</u></p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 183, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam revogadas as seguintes Portarias: I - Portaria MME nº 95, de 18 de junho de 2004; II - Portaria MME nº 425, de 8 de setembro de 2005; III - Portaria MME nº 566, de 21 de dezembro de 2005; IV - Portaria MME nº 250, de 25 de abril de 2012; V - Portaria MME nº 477, de 15 de agosto de 2012; VI - Portaria MME nº 588, de 29 de outubro de 2014; VII - Portaria MME nº 375, de 4 de agosto de 2015; e VIII - Portaria MME nº 136, de 28 de abril de 2016. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 720, DE 17 DE MAIO 2016</u> Altera o Regimento Interno aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997.</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 717, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Aprimora o procedimento para comprovação do atendimento aos critérios de elegibilidade à concessão da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 714, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Aprimora a regulamentação que trata dos contratos firmados pelas distribuidoras com os consumidores e dá outras providências.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 24, DE 19 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica disciplinada, pela presente Resolução, a atividade de produção de combustível líquido especificado pela ANP, por meio de Processo Alternativo, que abrange construção, ampliação de capacidade, modificação e operação de Planta Produtora de Combustível líquido, condicionada à prévia e expressa autorização da ANP. (...)</p> <p>DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM) <u>PORTARIA Nº 155, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> Aprova a Consolidação Normativa do DNPM e revoga os atos normativos consolidados.</p>
<p>Modificação dada pela MEDIDA</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>RESOLUÇÃO Nº 33, DE 5 DE MAIO DE 2016</u></p>

<p>PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário</p> <p>Denominação anterior: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)</p>	<p>(...)</p> <p>Art. 1º Aprovar a adesão desta Autarquia ao Programa de Fomento da Integridade Pública - PROFIP.</p> <p>Art. 2º A Auditoria Interna do INCRA deverá adotar as medidas necessárias para a efetivação do Termo de Adesão.</p> <p>(...)</p> <p><u>PORTARIA Nº 260, DE 13 DE MAIO DE 2016</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Criar Grupo de Trabalho com escopo de revisar as normativas em vigência, em conformidade com alterações efetivadas pelo Decreto 8.738/2016 e propor normativa única;</p> <p>(...)</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro)</p> <p><u>CIRCULAR Nº 31, DE 19 DE MAIO DE 2016</u></p> <p>(...)</p> <p>1. Iniciar avaliação de escopo do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 20, de 1 de março de 2016, publicada no D.O.U. de 2 de março de 2016, aplicado às importações brasileiras de calçados, comumente classificadas nas posições 6402 a 6405 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China.</p> <p>(...)</p> <p><u>PORTARIA Nº 227, DE 17 DE MAIO DE 2016</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Aprovar os ajustes no Programa de Avaliação da Conformidade para Cadeiras de Alimentação para Crianças, aprovado pelas Portarias Inmetro n.º 683/2012 e n.º 51/2013, assentados no Anexo desta Portaria e disponibilizado no sítio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:</p> <p>(...)</p> <p><u>PORTARIA Nº 221, DE 16 DE MAIO DE 2016</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Estabelecer que o parágrafo único do art. 4º da Portaria Inmetro n.º 144/2015 passará a vigor com a seguinte redação: "Parágrafo único. A partir de 19 (dezenove) meses, contados da data de publicação desta Portaria, as lâmpadas LED com dispositivo integrado à base deverão ser comercializadas no mercado nacional, por fabricantes e importadores, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registradas no Inmetro."</p> <p>(N.R.)</p>
<p>Modificação dada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016</p> <p>Ministério do Desenvolvimento</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE MAIO DE 2016</u></p> <p>Aprova o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026).</p>

<p>Social e Agrário</p> <p>Denominação anterior:</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e Combate à Fome (MDS)</p>	
<p>Ministério do Esporte (ME)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 167, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> Constitui Grupo de Trabalho no Ministério do Esporte, para discutir, avaliar e contribuir com a proposta de destinação do legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Listar, com base em espécies nativas da flora brasileira, as espécies consideradas da sociobiodiversidade, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados, no âmbito das operações realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA nas suas diversas modalidades, pela Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade- PGPMBioe pelo Programa Nacional para Alimentação Escolar-PNAE. (...) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Listar, com base em espécies nativas da flora brasileira, as espécies consideradas da sociobiodiversidade, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados, no âmbito das operações realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA nas suas diversas modalidades, pela Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade- PGPMBioe pelo Programa Nacional para Alimentação Escolar-PNAE. (...) <u>PORTARIA Nº 162, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Estabelecer procedimentos para elaboração e publicação das Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção, previstas no Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies, estabelecido pela Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. (...) INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>NORMA DE EXECUÇÃO Nº 1, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Estabelecer procedimentos complementares referentes à</p>

gestão, intercâmbio, captação, utilização e divulgação de dados e informações ambientais a partir do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP, nos termos do arts. 9º, 10 e 11 da IN Ibama nº 6, de 2014 (IN 6/2014).

(...)

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 13 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Instituir, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Grupo de Trabalho - GT de caráter consultivo, com o objetivo de avaliar os procedimentos de autorização da supressão de vegetação - ASV para os empreendimentos lineares no âmbito do licenciamento ambiental federal.

(...)

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 19 DE MAIO DE 2016

Estabelece os procedimentos para a Compensação de Reserva Legal, em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação Federais de domínio público, visando à regularização da sua situação fundiária, conforme Processo Administrativo nº 02070.000195/2014-01.

PORTARIA Nº 50, DE 18 DE MAIO DE 2016

Estabelece normas e procedimentos para o cadastramento e a autorização de uso para exercício da atividade comercial de condução de visitante no Parque Nacional da Tijuca - processo nº 02084.000027/2015-30.

PORTARIA Nº 49, DE 18 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre as regras de pesca para o estuário dos rios Timonha e Ubatuba, na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. (Processo nº 02123.000123/2014-93)

PORTARIA, Nº 48, DE 17 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre os procedimentos referentes ao apoio aos conselhos gestores das unidades de conservação federais, sua integração no ICMBio e respostas às petições aprovadas por eles

PORTARIA Nº 47, DE 17 DE MAIO DE 2016

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural do Jacob (Processo n.º 02070.000910/2015-89)

PORTARIA Nº 45, DE 16 DE MAIO DE 2016

Atualiza e aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves da Amazônia - PAN Aves da Amazônia, contemplando 57 táxons, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão (Processo nº 02061.000007/2012-84).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 13 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa nº 19, de 16 de setembro de 2011, que regulamenta o uso de imagens de unidades de conservação federais, dos bens ambientais nestas incluídos e do seu patrimônio, bem como a elaboração de produtos, subprodutos e serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos,

	<p>culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, independentemente de fim comercial.</p>
<p>Ministério do Trabalho e Previdência Social</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RECOMENDAÇÃO Nº 17, DE 29 DE ABRIL DE 2016(*)</u> Recomenda ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES viabilizar instrumentos estruturados de financiamentos para empreendimentos de economia solidária.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 538, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Sistema de Mensuração de Demandas e dispõe sobre a mensuração da demanda das Agências da Previdência Social.</p>
<p>Modificação dada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016</p> <p>Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil</p> <p>Denominação anterior: Ministério dos Transportes (MT)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 292, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Revoga a Portaria nº 127, de 24 de março de 2016(*), e dá outras providências. (*) <i>Definir diretrizes para delimitação de espaço físico em águas públicas para instalações portuárias autorizadas ou em processo de autorização, fora da área do porto organizado.</i></p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) <u>RESOLUÇÃO Nº 5.091, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Conhece o Pedido de Reconsideração interposto pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF, conferindo-lhe efeito suspensivo, até o julgamento do mérito.</p> <p>→ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 5.099, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 5.097, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.</p>
<p>Tribunal de Contas da União (TCU)</p>	<p>PLENÁRIO <u>RESOLUÇÃO Nº 279, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Resolução-TCU nº 266, de 30 de dezembro de 2014, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União; e a Resolução-TCU nº 154, de 4 de dezembro de 2002, que dispõe sobre as atribuições dos cargos e das funções de confiança do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 278, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Resolução-TCU 142, de 30 de maio de 2001, para disciplinar o acompanhamento permanente destinado à verificação da observância do disposto no caput do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como ao exame do Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União.</p>

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	<p>CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU) <u>RESOLUÇÃO Nº 117, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova a Reprogramação, em caráter extraordinário do Plano de Ação e Orçamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), e dá outras providências.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
21/05/2016	<p>DECRETO Nº 61.981, DE 20 DE MAIO DE 2016 Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil</p>
19/05/2016	<p><u>DECRETO Nº 61.977, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 2 de outubro de 2016, em primeiro turno, e 30 de outubro de 2016, em segundo turno, se houver</p>
18/05/2016	<p><u>DECRETO Nº 61.974, DE 17 DE MAIO DE 2016</u> Cria, no âmbito dos Departamentos de Polícia Judiciária que especifica, os Núcleos Especiais Criminais - NECRIMs e a Central de Núcleos Especiais Criminais – NECRIMs e dá providências correlatas</p>
17/05/2016	<p><u>DECRETO Nº 61.964, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> Cria quadro especial que especifica e dá providências correlatas (...) Artigo 1º – Os empregados da extinta Fundação “Prefeito Faria Lima” – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – CEPAM, que foram declarados estáveis com base no procedimento instituído pelo Decreto estadual nº 31.198, de 15 de fevereiro de 1990, passam a integrar Quadro Especial em Extinção, vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão, na conformidade do Anexo que faz parte deste decreto, mantendo-se o regime jurídico a que estavam submetidos. (...) <u>DECRETO Nº 61.963, DE 16 DE MAIO DE 2016</u> Cria Comissão Liquidante que especifica e dá providências correlatas (...) Artigo 1º - Fica criada Comissão Liquidante, objetivando adotar</p>

	<p>todas as medidas necessárias à efetiva liquidação e subsequente extinção da Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP, conforme estabelece a legislação pertinente. (...)</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CEE 140/2016</u> Estabelece orientações e fixa diretrizes gerais para autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos de Educação Infantil no Estado de São Paulo</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 29, DE 2-5-2016</u> Dispõe sobre o módulo e a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar – QAE e do Quadro da Secretaria da Educação – QSE <i>(Republicada por ter saído com incorreções)</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 32, DE 16-5-2016</u> Dispõe sobre a continuidade do processo de escolha dos membros do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019, relativo ao preenchimento de vaga para suplente, remanescente dos processos implementados nos termos das Resoluções SE nº 48/2015, nº 49/2015, nº 22/2016, nº 26/2016 e nº 28/2016</p>
Fazenda (SF)	<p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) SUPLEMENTO - FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.</p>
Meio Ambiente (SMA)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 47, DE 19-5-2016</u> Dispõe sobre Fixação de Preços de Produtos e Serviços Produzidos pelo Instituto de Botânica – IBt</p>
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CBH-MOGI - 158, DE 13-5-2016</u> Aprova o 3º Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu (UGRHI 09) 2016-2019, e dá outras providências</p>

<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 45, DE 18-5-2016</u> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao financiamento dos medicamentos que não foram entregues por meio do "Programa Dose Certa", no 4º trimestre do ano de 2015, e dá providências correlatas.</p>
<p>Universidade de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-13, DE 28-05-2016</u> Altera dispositivos da Resolução GR 10/2016, que estabelece medidas de contenção de despesas</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 19-05-2016</u> Constitui Grupo de Trabalho para análise da execução orçamentário-financeira visando ao contingenciamento e corte de despesas relativos ao exercício de 2016</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>21/05/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14, DE 2016</u> Altera a Lei Complementar nº 1.074, de 11 de dezembro de 2008, para assegurar o nível técnico para os motoristas da USP DOE, Legislativo, 21/05/2016, p. 9</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 428, DE 2016</u> Obriga as empresas de transporte intermunicipal a disponibilizar gratuitamente a rede <i>Wi-Fi</i> para uso dos passageiros DOE, Legislativo, 21/05/2016, p. 10</p>
<p>20/05/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 421, DE 2016</u> Obriga as concessionárias de serviço público de energia elétrica disponibilizar em seus sítios eletrônicos, o valor mensal repassado às Prefeituras Municipais a título de iluminação, no âmbito do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 20/05/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 419, DE 2016</u> Classifica o Município de Suzano como "Município de Interesse Turístico" DOE, Legislativo, 20/05/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2016</u> Dispõe sobre a sustação de processo criminal movido em face de Deputado, nos termos dos §§ 3.º e 4.º do artigo 14 da Constituição</p>

	<p>do Estado</p> <p>Artigo 1.º - Fica sustado o Processo n.º 1664-54.2011.6.26.0000 - classe 4ª, movido pela Justiça Pública Eleitoral em face do Deputado Luiz Carlos Gondim Teixeira, que tramita perante o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.</p> <p>(...)</p> <p>DOE, Legislativo, 20/05/2016, p. 11</p>
18/05/2016	<p>SUPLEMENTO</p> <p>BALANÇO GERAL</p> <p><u>CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015</u></p> <p>EXPEDIENTE</p> <p>57ª SESSÃO ORDINÁRIA</p> <p>DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA AOS 29 DE ABRIL DE 2016</p>
17/05/2016	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 412, DE 2016</u></p> <p>Altera a redação do Decreto-Lei nº 257, de 29 de maio de 1970, que dispõe sobre a finalidade e organização básica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE</p> <p>DOE, Legislativo, 17/05/2016, p. 13</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
21/05/2016	<p><u>DECRETO Nº 57.007, DE 20 DE MAIO DE 2016</u></p> <p>Institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN, bem como fixa as diretrizes para o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme previsto na Lei nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.006, DE 20 DE MAIO DE 2016</u></p> <p>Define os valores de renda familiar para atendimento por Habitação de Interesse Social – HIS e Habitação de Mercado Popular – HMP.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.005, DE 20 DE MAIO DE 2016</u></p> <p>Regulamenta a Lei nº 16.386, de 3 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a venda, manipulação e embalagem da carne moída no comércio varejista de carnes.</p>
20/05/2016	<p><u>DECRETO Nº 57.004, DE 19 DE MAIO DE 2016</u></p> <p>Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, situada na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 - W123 do Plano Diretor Estratégico, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.003, DE 19 DE MAIO DE 2016</u></p> <p>Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, situada na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 - L157 do Plano Diretor Estratégico, com a finalidade de promover</p>

	<p>Regularização Fundiária de Interesse Social.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.002, DE 19 DE MAIO DE 2016</u> Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, situada na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 - W102 do Plano Diretor Estratégico, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.001, DE 19 DE MAIO DE 2016</u> Desafeta área pública municipal, da classe dos bens de uso comum do povo, situada na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 1 – L344 do Plano Diretor Estratégico, com a finalidade de promover Regularização Fundiária de Interesse Social.</p>
<p>19/05/2016</p>	<p><u>DECRETO Nº 56.996, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre o pagamento do Prêmio de Desempenho Educacional, instituído pela Lei nº 14.938, de 30 de junho de 2009, relativo ao exercício de 2016.</p> <p><u>DECRETO Nº 56.995, DE 18 DE MAIO DE 2016</u> Confere nova redação ao artigo 4º do Decreto nº 54.058, de 1º de julho de 2013, que cria o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte – CMTT, no âmbito da Secretaria Municipal de Transportes.</p> <p>SUPLEMENTO ESPECIAL SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO <u>RELATÓRIOS</u> ANEXO I RELATÓRIO DAS ÁREAS MUNICIPAIS DE USO COMUM, USO ESPECIAL E DOMÍNIOS PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO PELO ART. 3º DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E ART. 1º DA LEI Nº 10.906/90.</p> <p>ANEXO II RELATÓRIO DAS ÁREAS MUNICIPAIS CEDIDAS A TERCEIROS MEDIANTE PERMISSÃO DE USO E CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO, NOS TERMOS DO DISPOSTO PELO ART. 114, PARÁGRAFO 6º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ART. 4º DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E ART. 2º DA LEI Nº 10.906/90.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 / 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107